



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director Interino: Sérgio Azougado - Ano XXXIV Dezembro 2007 Mensário Nº 380 Preço € 0,70



PORTE PAGO



Audiência com o SEDNAM

Pág 3

“Assistência médica marca passo”



Audiência com o Presidente da República

Pág 9

“As vossas reivindicações são de inteira justiça”



Pág 12

CEMFA solidário
com ADFA



Pág 8

ADFA assume maiores responsabilidades no
tratamento do *Stress de Guerra*

Associações de Militares tomam posição	Pág 02
CMIP volta a funcionar	Pág 02
Associação continua a reivindicar	Pág 02
Aniversário do ELO	Pág 02
Novo horário da Delegação de Coimbra	Pág 04
Cultura	Pág 10
Direitos e Deveres	Pág 11
Episódios	Pág 13
Revista de Imprensa	Pág 15
Editorial	Pág 16

ADFA - Rede Solidária

O Projecto dos
Associados

Todos contamos Contigo!

Pág 3

Informações

CML

Debate aberto aos Cidadãos

A Câmara Municipal de Lisboa (CML), organizou um debate para poder ouvir todos os cidadãos que entenderam participar nesta sessão, no passado dia 12 de Novembro, pelas 18h00, no Fórum Lisboa.

Segundo a CML, “está a atravessar um período difícil, em que as contas estão muito desequilibradas e o ano de 2008 terá de ser um ano de grande rigor e contenção de despesas”, por isso terá de fazer opções.

Esta nova metodologia que a CML decidiu adoptar para elaboração do seu Orçamento anual, vai definir as “linhas que deverão ficar consagradas” na gestão do Município. Foi neste sentido que a ADFA representada pelo presidente da Direcção Nacional, José Arruda, preocupada com os cidadãos e a cidade, aceitou este convite e deu o seu contributo na tentativa de melhorar as condições de todos os cidadãos, especialmente os deficientes.

Associações de Militares tomam posição

A apresentação pública do “Relatório sobre o Incumprimento da Legalidade Democrática e outras anomalias” realizou-se no passado dia 14 de Novembro, pelas 18h00, no Auditório “Lisboa Welcome Center”.

Este Relatório foi elaborado por uma Comissão conjunta formada pelas Associações ASMR, ANS, AOFA e APA, promotoras da iniciativa liderada pelo TGen Silvestre dos Santos.

CMIPD volta a funcionar

O Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD) realizou uma reunião no passado dia 19 de Novembro, pelas 17h00, na Sala do Arquivo, no Edifício dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos: Informações; Planeamento da acessibilidade na Cidade de Lisboa, contributos das pessoas com deficiência e suas organizações e dos serviços da CML; Contributos das autarquias no âmbito do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI).

Lembramos que o CMIPD foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa no início de Setembro de 1997, e reuniu-se pela primeira vez no dia 18 de Novembro do mesmo, mas a partir do ano 2001 nunca mais se realizou nenhuma reunião.

A reactivação deste Conselho foi uma das reivindicações apresentadas pela ADFA na Assembleia Municipal no ano de 2006.

Este Conselho retomou novamente as suas funções e pretende dar continuidade ao projecto de colaboração entre as Organizações não governamentais de e para pessoas portadoras de deficiência da Cidade de Lisboa e o Município.

Esteve presente nesta reunião o presidente da ADFA, José Arruda.

A Associação continua a Reivindicar

A ADFA continua com estímulo e coesão a apresentar a decisão da AGNE de 27 de Outubro e já solicitou

as seguintes audiências: o Chefe de Estado-Maior da Armada, o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, o secretário dos Assuntos Fiscais, o Chefe de Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e o presidente da Assembleia da República.



A comemoração do aniversário do jornal ELO, realizou-se no dia 23 de Novembro, com um Colóquio “O Papel da Informação na Inclusão das Pessoas com Deficiência”, no Auditório Jorge Maurício e um jantar convívio no restaurante da Sede da ADFA.



Comemoração do 89º aniversário do Armistício da 1ª Grande Guerra que se realizou no dia 11 de Novembro, às 10h30, em Lisboa.

Neste evento esteve presente o presidente da ADFA acompanhado pelo 3º secretário.

Breves

“Boas Práticas no Serviço à Pessoa”

foi o tema do Encontro Nacional da Pastoral da Saúde, que se realizou entre 26 e 29 de Novembro, no Centro Apostólico Paulo VI, em Fátima.

O Seminário Internacional “Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus”

realizou-se no passado dia 23 de Novembro, pelas 9h30, no Instituto de Defesa Nacional.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal

promoveu as Comemorações da Restauração da Independência, que se realizaram no dia 1 de Dezembro, pelas 16h00, no Palácio da Independência e na Igreja Paroquial de Santa Justa.

A Audiência com a Comissão Parlamentar de Defesa

realizou-se no dia 13 de Novembro, pelas 15h00, onde foi apresentado o documento aprovado na AGNE “Na Defesa Intransigente dos Nossos Direitos” cujo lema foi “governar a ADFA com os associados, para os servir melhor garantindo, assim, uma instituição mais solidária e reivindicativa”.

Nesta sessão estiveram presentes: o presidente da ADFA, José Arruda, o associado Vieira Jorge e a consultora Jurídica, Helena Afonso.

No Dia Internacional da Pessoa com Deficiência,

a APPACDM de Viana do Castelo promoveu a apresentação de um espectáculo de dança, no dia 3 de Dezembro pelas 21h30, no Teatro Municipal Sá de Miranda.

O ELO corrige

O texto publicado na página 15, “Morreu o Sabu, O Tributo!...e a Reflexão”, por lapso algumas palavras foram modificadas que transcrevemos da carta original parte da frase com a palavra correcta sublinhada: (...) por fins para muitos desconhecidos (...) / (...) ao acordar de manhã e tínhamos uma cara nova (...) / e tantas injustiças estão por repôr.

JRFerreira/Membro do Conselho da Delegação V. N. Famalicão

No comunicado da Delegação de Coimbra deverá ler-se: (...) Núcleo para o Conselho de Delegação, realizado em 27.07.07 (...).

Audiência

Mira Gomes informou a ADFA



© Fotografia Fainho Lopes

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) esteve numa audiência, no dia 29 de Novembro, pelas 09h30, com o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, João Mira Gomes.

O objectivo foi entregar os documento aprovado na AGNE “Na Defesa Intransigente dos nossos Direitos”; “Governar a ADFA com os associados, para os servir melhor garantindo, assim, uma Instituição mais Solidária e reivin-

dicativa” e obter respostas às reivindicações que vêm sendo apresentadas.

Em relação à assistência médica e medicamentosa, Mira Gomes disse, que neste momento não existem condições para haver alterações, man-

tendo-se a assistência médica gratuita só para a deficiência.

Sobre a portaria 1393/2007 de 25 Outubro que estabelece o regime aplicável aos beneficiários extraordinários da assistência na doença aos militares das Forças Armadas, informou a ADFA que as esposas abrangidas pelo regime da Segurança Social podem inscrever-se como beneficiárias da ADM.

Ainda sobre a reestruturação das carreiras militares, Mira Gomes acrescentou que o decreto-lei 43/76 será respeitado, isto é, que continuará a garantir a equiparação das pensões e outros abonos aos militares do activo.

Ainda no decorrer desta audiência a ADFA agradeceu os apoios pelo MDN para a realização do 21ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC que irá decorrer de 6 a 11 de Abril de 2008.

DN

Aplicação de questionários

ADFA – Rede Solidária

A ADFA apela a todos os associados que colaborem no preenchimento do questionário, quando para tal forem solicitados pelas respectivas delegações a que pertencem, uma vez que a participação de todos é essencial para que o objectivo primordial deste projecto venha a ser concretizado de forma a identificar as suas necessidades.

A ADFA considera que o seguimento e a sustentabilidade da sua missão exige conhecimento e participação na construção de respostas adaptadas às reais necessidades dos associados e seus familiares, que, na sequência do agravamento das deficiências, vão surgindo com o aproximar da terceira idade e trazem, inevitavelmente, outras necessidades sociais, de saúde e até ocupacionais.

Antevendo o Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, a regulamentação das várias áreas do processo de reabilitação, em todas as fases etárias dos deficientes militares, torna-se, agora, premente conhecer os contextos e criar os instrumentos que garantam a continuação da sua qualidade de vida activa.

Face a esta situação, a ADFA, em complementaridade com as obri-

gações do Estado, nesta matéria, sente-se, também, profundamente motivada para contribuir com os seus meios para alcançar as aspirações atrás enunciadas.

Neste sentido, a ADFA deu início, no começo do mês de Novembro, à aplicação dos questionários referentes ao Projecto ADFA – Rede Solidária, a nível nacional, encontrando-se, presentemente, em aplicação nas delegações de Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Setúbal e Évora, prevendo-se que, nas restantes (Bragança, Porto, Faro, Famalicão, Funchal e Ponta Delgada) este processo se inicie o mais breve possível.

Na sequência do trabalho iniciado pelas equipas técnicas da ADFA e do ISPA realizou-se, no dia 13 de Novembro, na sede nacional, uma reunião com a presença de alguns

dos núcleos da Delegação de Lisboa (Aveiras, Cascais, Margem Sul, Oeiras, Santarém, e Torres Vedras) e com a delegação Setúbal, tendo sido também dada nova formação sobre o(s) questionário(s) do projecto ADFA – Rede Solidária, à qual assistiram alguns colaboradores da instituição.

No dia 23 de Novembro, realizou-se uma reunião com a equipa técnica do ISPA com o intuito dos técnicos se familiarizarem com o Programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences / Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), discutirem procedimentos e esclarecerem possíveis dúvidas relativas à inserção dos dados dos questionários.

A ADFA apela a todos os associados que colaborem no preenchimento do questionário, quando para tal

forem solicitados pelas respectivas delegações a que pertencem, uma vez que a participação de todos é essencial para que o objectivo primordial deste projecto venha a ser concretizado de forma a identificar as suas necessidades e, em simultâneo, encontrar soluções capazes de resolver os problemas de natureza social, familiar e ocupacional, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da manutenção da sua inserção social.

DN/CDI



Os textos desta página são da responsabilidade de cada Delegação

DELEGAÇÕES

COIMBRA

Convívio de Natal

Conforme já noticiado no anterior jornal Elo, a Delegação de Coimbra irá organizar o almoço convívio de Natal a realizar no dia 15 de Dezembro de 2007 (sábado), pelas 13h00.

O convívio irá realizar-se pelo 3º ano consecutivo na Quinta do Outeiro em Tentúgal- Estrada Nacional 111.

Ementa: Sopa à lavrador; Cabrito c/ batata no forno e legumes; Bolo Rei, Espumante; Vinho Tinto e Branco; Café.

Preço por pessoa - € 20,00

Pagamento no acto da inscrição

Data de limite de Inscrições: dia 12 de Dezembro 2007 (quarta-feira).

Novo horário de funcionamento

A Direcção da Delegação de Coimbra informa todos os associados e respectivas famílias que a partir de 1 de Novembro de 2007, o horário de funcionamento da Delegação passou a ser o seguinte: manhã – 09h00 às 12h30 / tarde – 13h00 às 17h00.

ÉVORA

Convívio de Natal

A Delegação de Évora da ADFA vai realizar no dia 15 de Dezembro de 2007 (sábado), o seu já habitual convívio de Natal.

O referido convívio vai ter lugar em BEJA, na Quinta – Restaurante Diabrória (estrada Beja/Ferreira do Alentejo), ao Km 3,5 com o programa que se discrimina: 10h30 – Concentração no parque de estacionamento do supermercado Modelo seguido de visita à cidade de Beja; 12h30 – Almoço no restaurante Diabrória com animação musical; 15h00 – Distribuição de lembranças aos associados que perçam 25 anos de ADFA.

Marcação até às 17h30 do dia 10 de Dezembro de 2007 pelo telefone 266703473 ou na secretaria da Delegação.

Preços: Adultos – 20,00 euros; Crianças dos 07 aos 12 – 10,00 euros; Dos 0 aos 06 grátis.

Será oferecida uma prenda aos filhos e netos dos associados até 18 anos, desde que presentes no convívio, devendo, no acto da inscrição, serem indicados os respectivos nomes assim como a idade.

FAMALICÃO

Agenda

Festa Natal 2007, dia 16 de Dezembro às 09h30 na Casa das Artes em VNFamalicão.

Ceia de Reis, dia 12/01/2008, Organização do Núcleo de Guimarães. Para mais informações/inscrições devem contactar o Núcleo de Guimarães ou a Delegação. Os Órgãos associativos e as funcionárias

da Delegação desejam a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Rastreio Gratuito à Visão - mês de Janeiro de 2008.

Os associados interessados em efectuar um rastreio gratuito à visão, devem marcar dia/hora através do telefone: 252 322848.

FARO

Convívio de Natal

Almoço de Natal da Delegação de Faro no dia 15 de Dezembro na COOPPOFA, telefone n.º 289862094, pelas 13h00, pode marcar directamente para a Delegação para 289828515, não faltes, luta para que sejam resolvidos os teus problemas.

O almoço é arroz de tamboril e febras grelhadas e as respectivas entradas de marisco e vários salgadinhos por 15 euros apenas.

LISBOA

Inauguração do Núcleo de Sintra

O Núcleo de Sintra vai inaugurar a sua Sede no dia 6 de Dezembro de 2007, pelas 15h00, sito na rua Mário Pinto, bloco B em Massamá, com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Fernando Seara.

A Direcção da Delegação de Lisboa e o Núcleo de Sintra, convidam todos os associados desta área geográfica a estarem presentes neste acto associativo.

Legislação Dec.Lei 134/97

A Direcção Nacional, no jornal “Elo” de Setembro / Outubro, na página 2, informou os associados que no dia 30 de Julho, tinha solicitado uma audiência ao Sr. Presidente da Comissão de Apreciação, Almirante Martins Guerreiro, sobre a Lei 43/99 de 11 de Junho, sobre as medidas tendentes á revisão da situação de militares que participaram na transição para a Democracia iniciada em 25 de Abril de 1974.

A Direcção Nacional tem conhecimento que há processos de associados pendentes nesta comissão e que como é seu dever, deve pugnar por estes associados. A Direcção Nacional não se pode esquecer que existem muitos casos em matéria de legislação que há muito estão esquecidos por vários Governos, e sabe-se lá em que comissão.

Lembramos aqui o Dec. Lei 134/97, que a Direcção Nacional, quando no seu Programa Eleitoral quis trazer à colação e que até agora jamais deu qualquer sinal aos associados de que o mesmo estava em cima da mesa.

Por isso entendemos que decorridos 12 meses após ter sido eleita pelos associados e 11 meses de mandato é tempo de pôr o programa eleitoral em prática.

Os associados assim o esperam, e foi por isso também que votaram naquele programa com a

esperança de que nos seus pontos essenciais venha a ser cumprido.

A Direcção da Delegação de Lisboa



A trabalhadora da Delegação de Lisboa, Maria João, decidiu por razões pessoais rescindir o seu contrato de trabalho com a A.D.F.A.

Pelo seu profissionalismo e disponibilidade, que sempre demonstrou no exercício da sua actividade profissional, a Direcção da Delegação de Lisboa, numa cerimonia singular no dia 31 de Outubro de 2007, do p.p., reconheceu pessoalmente o seu trabalho, oferecendo-lhe um ramo de flores.

NÚCLEO DA MARGEM SUL

A Câmara Municipal do Seixal realizou a semana Social, de 12 a 17 de Novembro de 2007, “O Social em Rede “ de acordo com o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para todos.

O Núcleo da Margem Sul da Delegação de Lisboa participou activamente neste evento.

A Delegação de Lisboa realça o empenho que aquele Município tem na inclusão de todos os seus Municípios na pessoa da Sr.ª Vereadora Dr.ª Corália Loureiro.

9º Lugar na Pesca Desportiva

No passado dia 21 de Outubro, a equipa de pesca desportiva da ADFA, esteve presente no Concurso de Pesca Desportiva de Mar, realizado na Zona Fluvial de Belém.

A equipa da ADFA obteve um honroso 9º lugar na geral numa prova difícil e muito competitiva, onde participaram mais de 120 pescadores divididos por 20 equipas.

Na final, Alberto Moreira honrou-nos com 5,800kgs, José Joaquim com 2,750kgs e Jorge Neto com 5 belos exemplares de tainhas mas, por acidente não foi à pesagem.

Este concurso foi organizado pela Casa Vidigueira, por motivo do seu encerramento.

Eleição da Direcção do Núcleo de Amadora

Realizou-se no dia 15 de Novembro de 2007, pelas 21h00, uma reunião plenária na Junta de Freguesia da Buraca, destinada a eleger a Direcção do núcleo de Amadora, nos termos dos artigos 57º e 58º dos Estatutos da ADFA.

Esta reunião plenária foi dirigida pelo Presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro.

O Presidente da Delegação de Lisboa sumariou os objectivos da reunião, realçando a importância que os núcleos tem para a Delegação de Lisboa.

No prosseguimento da reunião plenária, foi formalizada uma única proposta, que passou de imediato à votação.

Ficou a Direcção do Núcleo constituída pelos seguintes associados: Presidente: Rui Alberto Gonçalves Monteiro, associado nº 5480; 1ª Vogal: Armando de Jesus Santos, associado nº 3973; 2ª Vogal: Carlos Dias Laranjo, associado nº 72.

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa saúdam a nova Direcção do Núcleo, desejando que a participação dos associados torne a ADFa, mais viva e participativa naquela área.

Os Órgãos Sociais desta Delegação agradecem à Direcção cessante todo o seu bom empenhamento que teve em prol da vida associativa.

A Delegação de Lisboa continua apostada numa política de proximidade aos associados e familiares, que no dia a dia se defrontam com problemas sociais que podem ter a nível local, soluções mais rápidas e funcionais.

MADEIRA

Novos números de telemóveis da Delegação da Madeira:

961798731 - Secretaria (Zita Figueira)

961798716 - Presidente (Sr. Armando Costa)

961798717 - Tesoureiro (Dr. João Nobre)

Férias

A Delegação da ADFa na Madeira encerra para férias no período de 17/12/2007 a 31/12/2007. No entanto, para assuntos de reconhecida importância, deverá contactar o telemóvel 961798731.

PORTO

Agenda

Dezembro

Dia 1 - Convívio dos associados de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga
- Almoço no Restaurante "Chão D'Ave"

Dia 7 - Jantar evocativo do 33º Aniversário da Delegação na Sede da Delegação.

Dia 8 - Encontro dos associados afectos ao Núcleo de Stª. Maria da Feira, com o seguinte Programa: 11h00 - Concentração na Igreja Matriz de Fiães; 11h30 - Missa em sufrágio dos associados falecidos; 13h00 - Almoço no Restaurante "Flor do Bolhão", em Fiães.

Dia 15 - Encontro de associados afectos ao Núcleo de Chaves, com o seguinte programa: 12h00 - Concentração dos participantes junto ao local do almoço; 12h30 - Almoço no Hotel Rural de Samaiões, em Chaves.

- Festa de Natal da Delegação com início às 15h00, no Salão Paroquial da Igreja do Carvalhido.

As inscrições para filhos e netos deverão fazer-se até ao dia 10 de Dezembro.

Por cada criança inscrita é obrigatório a compra de uma "rifa" no montante de 5 €.

Dia 16 - Encontro dos associados do Distrito de Viana do Castelo, com o seguinte programa: 11h00 - Concentração dos participantes junto à Capela do Monte Faro em Valença; 11h30 - Missa na mesma Capela em sufrágio dos associados falecidos;

12h30 - Almoço de confraternização no Restaurante "Stop", em São Pedro da Torre, Valença.

Dia 22 - Convívio dos Associados em Vila Real Almoço de confraternização no Restaurante "A Lareira", com início às 12h30.

NÚCLEO DE CHAVES

Encontro Em Chaves

"A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência"



O auditório do Centro de Formação Profissional de Chaves foi pequeno para acolher a quase centena e meia de participantes no encontro que ali decorreu no dia 15 de Novembro subordinado ao tema "A Inclusão Social das Pessoas com Deficiência", organizado pela Delegação do Porto / Núcleo ADFa em Chaves.

O encontro teve início com uma sessão de abertura cuja mesa foi constituída pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, pelo Comandante do Regimento de Infantaria 19, pelo Director do Centro de Formação Profissional de Chaves e pelos Presidentes da Direcção da Delegação do Porto e do Núcleo de Chaves da ADFa.

Após palavras de agradecimento e de enquadramento da iniciativa pelos organizadores, usou da palavra o Presidente da C. M. de Chaves para dar conta do bom trabalho desenvolvido pelo Núcleo da ADFa na região do Alto Tâmega e para sublinhar a importância para a região dos temas a abordar, facto que levou este autarca a estar presente quase até ao final.

A primeira comunicação foi do Dr. Jerónimo de Sousa, Director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia que fez o enquadramento histórico da forma como, ao longo dos tempos, foi encarada a Pessoa com Deficiência, apresentou uma nova perspectiva sobre o modo como devem desenvolver-se as políticas para a Deficiência e deu a conhecer alguns indicadores de um inquérito levado a cabo a nível nacional a cerca de 15.000 pessoas com deficiência:

Um dos indicadores que referiu: "O agregado familiar de cerca de 50% dos deficientes inquiridos têm rendimentos abaixo do salário mínimo nacional", mereceu bastantes comentários dos presentes pela

iniquidade e discriminação que o mesmo revela.

Seguiu-se uma comunicação da Psicóloga do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, Dr.ª Andreia Mota, que também apresentou alguns indicadores do mesmo inquérito reportados às Pessoas com Deficiência do Alto Tâmega.

O encontro terminou com uma mesa redonda em que foi discutida a rede de respostas no Alto Tâmega moderada pelo subdirector do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro - Unidade de Chaves e que contou com a participação da Directora do Centro de Emprego de Chaves, do Director do CADAT - Boticas, da Fisiatra Dr.ª Graça e da Engenheira Conceição Martins, em representação da C. M. de Chaves.

A plateia era constituída por alunos finalistas e Professores da Escola Superior de Enfermagem, médicos dos centros de saúde e colaboradores do Núcleo, representantes da Misericórdia, Instituições locais, Associações congéneres e autarquias.

O encontro enquadrou-se ainda no âmbito dos objectivos do Ano Europeu contra a discriminação e a favor da igualdade de oportunidades pelo que se revestiu de um importante contributo para o desenvolvimento da Região.

O evento contou com a colaboração excelente da Escola Superior de Enfermagem de Chaves, particularmente com o especial empenho da Professora Ana Monteiro, das enfermeiras recém licenciadas Mónica, Cláudia e Andreia, que se encarregaram dos preparativos organizacionais e do secretariado.

Está de parabéns a Direcção do Núcleo de Chaves pelo empenhamento que pôs na realização desta iniciativa e pela forma como soube afirmar os valores e os ideais da ADFa.

Núcleo de Chaves

DELEGAÇÕES

Viseu

Actividades

Integrado no Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a Câmara Municipal de Viseu em conjunto com as Associações de Deficiente vai organizar um seminário, nos dias 29 e 30 de Novembro, no Hotel Monte Belo e no dia 3 de Dezembro, uma

Feira Mostra, na Escola Secundária de Silgueiros. No mesmo dia, no Hospital Distrital de Viseu, ocorrerá outra actividade integrada no Dia Internacional da Pessoa Deficiente, em colaboração com o Governo Civil de Viseu.

Este ano, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente deve ser comemorado sobre o signo da indignação, a exemplo do que o Governo faz por nós! Faz os pensionistas, a pessoa deficiente e reformados pagar

impostos em Sede de IRS, corta-lhe o direito à saúde, que é o bem mais precioso da vida. Então, não há direito á indignação?

Que o Dia Internacional da Pessoa Deficiente não seja só um dia, mas todos os dias da nossa vida!

Assistência Médica

Através de contactos efectuados com o IASFA (Instituto de Acção

Social das Forças Armadas) - ADM, comunica-se a todos os beneficiários de que os receituários e exames e médicos têm validade de 6 meses- meio ano. Por isso, todos os documentos clínicos devem ser entregues nos serviços a tempo e horas para que assim não percam o direito ao reembolso da parte que lhes cabe.

Direcção de Viseu

Porto

Ainda “Os Prós e os Contras” - O que ficou por corrigir

No programa Prós e Contras da RTP 1 levado a efeito no dia 15 do passado mês de Outubro, subordinado ao tema “ Guerra Colonial e os seus efeitos”, perdeu-se demasiado tempo com exposições várias sobre se a guerra teria sido colonial, provincial ou de libertação. Acabou por ficar claro que o termo Províncias Ultramarinas só terá aparecido no pós II Guerra Mundial, por questões políticas, a fim de Portugal poder continuar a manter as suas colónias ultramarinas e, na tentativa de fuga à imposição internacional, para que os povos colonizadores de imediato libertassem os povos colonizados através de uma autodeterminação e no sentido da independência dos seus territórios.

Um insigne militar resolveu, a título de um “agitar as águas”, acabar com a modorra do debate, apresentando à discussão dois temas, que segundo a sua opinião, se enquadravam nos efeitos colaterais da guerra. A teorização de um deles, que sendo contrária ao seu conceito deveria merecer de imediato a sua correcção.

No primeiro tema, ao falar sobre a Revolução dos Cravos, imputando o ónus da responsabilidade exclusivamente ao mal-estar causado à corporação militar pelo desajuste económico na equiparação entre os militares do quadro permanente e os militares do complemento, criou uma meia verdade. Faltou-lhe acrescentar para que a corporação tivesse chegado a esse ponto, teria sido necessário que ela própria sofresse os efeitos da longevidade de uma guerra, levando-a à

exaustão pelas comissões sucessivas nas várias “Províncias Ultramarinas”.

Se, por um lado era necessário este refrescamento, por outro, os estabelecimentos de ensino militar estavam vazios, tendo a solução passado por uma forma rápida do “fabrico” de oficiais e sargentos, muitas vezes de competência duvidosa.

Ao descontentamento juntou-se a frustração pela inutilidade dos anos de estudo e preparação para a execução de um trabalho, sentindo-se igualados ou mesmo ultrapassados em direitos e em regalias por outros militares que em nada se lhes equiparava em acontecimentos e competências, pois que na sua maioria tinham sido obrigados a exercer tais funções contrariados, só porque uma péssima gestão do país assim o tinha decidido. Deveria questionar-se qual o profissional que gostaria de passar por experiências destas.

Creio ser esta a outra face da verdade em que o insigne militar deveria ter sido corrigido para que ficasse claro de que a Revolução dos Cravos não foi um efeito colateral da guerra.

O outro tema versou sobre os deficientes militares, em que o ilustre militar demonstrou um desfasamento quase irracional, sobretudo quando afirmou que, quer os mortos, quer os deficientes oriundos de combates eram consequência dos efeitos colaterais da guerra.

Nada mais errado.

Quando uma nação declara uma guerra, tem por fim aniquilar um inimigo de uma forma rápida e definitiva. Esse aniquilamento passa pela total derrocada económica e material, quer

físico, quer humano.

É evidente que os custos para quem a desencadeia, também serão de ordem económica, física e humana e daí os mortos e feridos. Por isso, a sua causa é intrínseca e nunca colateral.

Mais demonstrou total desconhecimento sobre as capacidades dos deficientes, certamente por falta de acompanhamento sobre esta matéria, quando afirmou estar farto dos seus queixumes...

Vejam: lamentavelmente ficou por aclarar se o referido militar alguma vez comandou tropas em combate e, se em caso afirmativo, disso resultou mortos e/ou feridos.

Se, caso não tenha comandado, é lamentável que no seu currículo não conste o saber e a forma como as forças armadas têm cumprido o seu dever para com os deficientes militares.

Mas se comandou tropas em combate e disso resultaram mortos e feridos, e se mais não fez que “despachar” a responsabilidade do acompanhamento da sua inserção social para outrem, então a sua honorabilidade militar deixa de facto muito a desejar.

De uma forma ou de outra, a correcção à tal postura, deveria ter tido a capacidade de demonstrar ao já referido ilustre militar, e através dele a toda a audiência, os resultados da reabilitação e da reintegração dos milhares de deficientes físicos, sensoriais e psíquicos e também das viúvas, resultantes da guerra das “Províncias”, e que a nação ainda continua a falhar com o seu não reconhecimento.

Para correcção do ilustre militar, deveria ter-lhe sido explicado que de há muito já avalia os seus deficientes pelo grau das suas capacidades, tendo em vista a sua plena integração, ao contrário dos interesses dos arautos da caridade que através da célebre tese de quem dá aos pobres (não só economicamente falando, mas também dos desprovidos da sorte) empresta a Deus, os mantém na letargia da exclusão social, como forma de remissão das almas.

De entre os milhares de deficientes realço três exemplos de inserção: um cego que faz a sua courela, onde trata da capoeira e plantas, podendo-as inclusivamente, recusando teimosamente ajudas que julga demasiadas;

Um outro cego que criou e desenvolveu uma técnica que o capacitou para pintar telas e, que mais recentemente resolveu introduzir-se nas artes da cerâmica;

Ainda um paraplégico responsável por uma Junta de Freguesia, Provedor para a Deficiência na Câmara Municipal da sua zona habitacional que, dá aulas preparatórias de acesso às universidades, restando-lhe ainda tempo para presidir a um grupo de futebol.

Depois do exposto, ficou por esclarecer se o referido militar ao “agitar as águas” pretendeu apenas protagonismo junto de tão grande auditório, o que seria demasiado medíocre para um militar, ou se pelo contrário quis propor um debate mais profundo de forma a procurar soluções para os problemas ainda subsistentes. Se assim for, é bem-vindo ao clube...

Presidente da MAGD Porto

COIMBRA

Armindo

No momento em que se vão passar 5 meses sobre a tua partida - Sim amigo. Foi apenas uma partida, não um desaparecimento!...

As emoções que sinto desde que me ligaram a dizer que tinhas falecido, são de enorme desconforto...

Desde aí que a minha memória só corre para a tua figura. Escondo lágrimas de amizade e também de revolta. Uma eterna admiração pelo homem, pelo camarada, pelo amigo.

Lembro aquele dia em que te conheci no restaurante do teu amigo Girão e a partir daí os encontros entre a malta de Coimbra e os amigos do norte. Quando nos conhecemos - como falámos e rimos. Nunca te vi irritado. Fazias da simpatia a tua marca registada. Transformavas a irritação dos outros em suaves discussões, onde Benfica, Porto e Sporting combinavam em enternecedora amizade. Não eras de chacota fácil, mas de crítica inteligente e por isso fazias amigos.

Lembro as tertúlias com o Marques e Alcides de

tom azul, e os vermelhuscos Girão, e Zé Maria e tu e eu de verde esperança brincávamos como crianças felizes...

Estiveste sempre ao lado da luta dos Deficientes Militares e a luta da ADFA passou a ser também tua. Desenhaste a tua vida familiar no mapa de Coimbra. Uma referência sempre viva e Formoselha a tua menção. Os teus conselhos, a tua dedicação e a tua amizade. Meu amigo.

O teu funeral foi de choro e tristeza, mas também de grande esperança, porque a amizade existe.

Lembrámo-nos todos com um sorriso de saudade, os momentos que partilhámos, pela amizade, pela fraternidade em que eras impar. Pelas convicções firmes e inabaláveis de que todos comungámos contigo.

Os esforços que fazias e o tempo que davas pela amizade. O carinho que tinhas por todos, especialmente pelo José Soles e pela São. Como eram bons os momentos contigo.

Tudo o que fazias de bom era para os teus amigos, independentemente do clube ou da cor política. Foi cruel e muito injusta a tua partida amigo.

Eras dos poucos que compreendia os problemas dos outros...

Estivemos no adeus. Sem querermos, almoçámos na mesa onde habitualmente te sentavas nas tuas horas de descanso. Estiveste ali connosco e estarás sempre. Sentimos a tua partida, um amigo disponível e sincero. Deixaste-nos forças para continuar. Queremos recordar o Armindo Machado bem vivo, aquele sorriso malandro. Foste um homem enorme. Vais permanecer na memória dos teus amigos de Coimbra que soubeste amar como poucos.

Um dia voltaremos a encontrar-nos de preferência com o nosso Sporting Campeão!...

Sabia que te ias rir.

Um abraço eterno meu amigo.

José Maia

VISEU

Stress de Guerra

Quando estou a escrever estas linhas, decorre, na Assembleia da República, o debate parlamentar para aprovar o orçamento de Estado para o ano de 2008. Portugal é membro da União Europeia, que é um caso de sucesso reconhecido, só que Portugal não consegue acompanhar os níveis europeus na recuperação económica e social e era isso que importava saber e porquê.

Dizem uns que não querem falar do passado, mas não sabem fazer outra coisa senão comparar o passado com os tempos que então vivemos, mas, então não têm sido sempre os mesmos que têm governado Portugal. Então não foram uns que aumentaram o IVA de 17% para 19% e o Governo de hoje, decidiu aumentar de 19% para 21%? Então não foi com estas medidas que as empresas fecharam e foram para outras paragens, incluindo a vizinha Espanha, que já é detentora de muitas empresas e mão-de-obra portuguesas, onde o IVA é de 15%? Palavras para quê?

Estamos no Outono, Portugal continua a arder, a prevenção nos meios humanos foi reduzida, os incêndios acontecem, a maior parte deles de noite, não se procura nem se punem os

incendiários, mas continua a apostar-se no reforço dos meios bélicos, onde se gastam milhões!

Hoje, quem estiver atento ao que se passa na sociedade, verifica que há milhões para tudo, milhões que o Governo vai buscar dos impostos pagos, praticamente, sempre por os mesmos-classe média, média baixa e alta e agora, reformados, pensionistas e pessoas deficientes, como consta no orçamento de Estado, só se agora na decisão e aprovação, algo for alterado, caso contrário, todos pagam a crise que outros geraram!

A vida é um *stress* permanente e para os homens que combateram em defesa da Pátria, na guerra do Ultramar, ainda é maior o *stress*, que o digam os homens que participaram e presenciaram massacres, como o mostra os massacres vivos/mortos, no documentário sobre a guerra colonial de Joaquim Furtado, combates, assaltos a aldeamentos, emboscadas, minas e armadilhas em colunas de reconhecimento e abastecimento das tropas e populações, assistir a mortos e feridos, a todo o tipo de chacinas e outros com todas as dificuldades no terreno e do clima, em pleno teatro de guerra, provocou um desgaste muito

grande nas nossas tropas e com isso, milhares de jovens, hoje homens, sofrem dessa terrível doença do *stress* pós traumático de guerra, de cujo estudo, hoje, são os mais díspares, uns falam de 300 mil, outros de 140 mil, outros de 50 mil, de 40 mil e de 6/7 mil, mas ao certo ninguém sabe, o certo é, que quem sofre nota-se, tem que ser tratado e reconhecido, se houver deficiência. O Governo de Portugal tem que fazer aplicar a Lei, através dos Organismos Oficiais, Centros de Saúde, Hospitais Psiquiátricos, Civis e militares, com o apoio das ONG e não passar agora a responsabilidade para estas, às quais vai acontecer os mesmos problemas, podemos fazer seminários e colóquios, mas se não for efectuada uma alteração/actualização ao Modelo 2 do Stress, nada feito!

O Governo tem que reconhecer os combatentes, e neles incluídos os deficientes, que são os que mais sofrem e representam os mais altos valores, não se deve empenhar Portugal, os combatentes têm dignidade e só querem ser tratados com lisura, ética, princípio e valores.

João Gonçalves

Colóquio Stress Pós Traumático

Assinatura de alterações ao Protocolo entre MDN e as ONG



© Fotografia Faímio Lopes

O Colóquio “A Rede Nacional de Apoio cinco anos depois” realizou-se no passado dia 21 de Novembro, pelas 9h30, na Sede da Academia Militar.

A realização deste colóquio partiu dos membros da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos Militares e Ex-Militares Portugueses Portadores de Perturbação Psicológica Crónica resultante da exposição a factores traumáticos de Stress durante a vida Militar (RNA), com vista a um maior esclarecimento sobre o preenchimento dos modelos um e dois do Serviço Nacional de Saúde.

O objectivo da CNA foi proporcionar um encontro entre os serviços de saúde civis e militares, ONGs, serviços centrais e outras organizações dos ministérios envolvidos, para avaliar o funcionamento e desenvolvimento da rede; fazer uma abordagem alternativa da questão da Post Traumatic Stress Disorder (PTSD).

Esta Comissão entendeu que na apresentação desta temática tem faltado uma abordagem orientada para a prevenção e o tratamento da PTSD.

Neste colóquio “Rede Nacional de Apoio cinco anos depois” foram tratadas as seguintes questões: Estratégias Terapêuticas; Os novos protocolos e o processamento pelos Ramos; O modelo dois: sua adequação, sua alteração?; Para além do PTSD: o que deve acontecer na RNA? A preparação dos Técnicos. Foram também apresen-

tados os seguintes estudos de casos: “Perturbação Pós Stress Traumático, um Estudo no Meio Militar Naval”; “PTSD em Ex-Combatentes Portugueses: terapia versus Peritagem”; “As Missões de Apoio à Paz e os Indicadores de PTSD ou de Stress Profissional”.

Deste colóquio concluiu-se que: “As estratégias terapêuticas deverão orientar-se por linhas orientadoras de intervenção em PTSD a serem criadas.

Deve-se definir a formação mínima necessária na área das psicoterapias – para intervir terapêuticamente na PTSD, bem como para estimular formas de supervisão do acompanhamento efectuado. É necessário estimular também a conjugação de sinergias de diferentes entidades ligadas à intervenção terapêutica nas crises, para que surjam debates proveitosos sobre o tema da prevenção em PTSD. É de não esquecer igualmente, as necessidades das famílias das vítimas desta perturbação.

Por fim, propõe-se a criação de Centros de Estudo de PTSD, quer na área da investigação, quer na área da intervenção terapêutica.

Relativamente à tramitação processual e à evolução dos protocolos importa desburocratizar, simplificar, harmonizar e acelerar a tramitação processual dos processos de acidente e doença em serviço, tendo em conta o prazo de 24 meses previsto na Tabela Nacional de Incapacidades que

não deve ser excedido em mais de 12 meses;

As alterações aos protocolos vêm ao encontro dos anseios expressos pelos antigos combatentes e reclamados pelas associações.

Foi reiterada a necessidade de alargar a RNA a todas as regiões do país, nomeadamente a sul do Tejo e aos arquipélagos onde não existem quaisquer associações protocoladas.

Quanto ao Modelo 2 foram constatadas diversas dificuldades de articulação entre os responsáveis pelo preenchimento dos Modelos, bem como da avaliação psicológica.

Recomenda-se a realização de uma reunião de trabalho entre os responsáveis pela avaliação dos processos e os técnicos dos serviços locais de psiquiatria e das ONG’s que agora passam a ter responsabilidades no preenchimento do referido modelo.

A preparação dos técnicos implica um aumento de recursos humanos (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais) e sua formação técnica, especializada nas ONG’s para lidar com ex-combatentes e famílias. É importante que a equipa multidisciplinar fale a mesma “linguagem”, inclusivamente no que se refere à terminologia que resulta da história militar. Dever-se-á criar estruturas que permitam ir ao encontro de ex-combatentes que não fazem parte da RNA; é necessário organizar colóquios para operacionalizar experiências dos vários técnicos. Dever-se-á também definir áreas geográficas específicas das ONG’s. As instituições religiosas deverão referenciar casos para as ONG’s assim como outras instituições sociais, nomeadamente as de apoio aos sem-abrigo. É importante avaliar os ex-combatentes e proceder a estratégias terapêuticas, enquanto o processo decorre e ter em conta que da experiência de combate resultaram sequelas físicas e psíquicas e neste âmbito não só o stress pós-traumático.

No estudo sobre PTSD realizado em meio militar naval verificou-se que pelo menos 7,15% do total de militares da classe de fuzileiros que fizeram campanhas no ex-ultramar desenvolveram perturbações psiquiátricas crónicas.

Os militares com maior número e tempo de comissões, maior exposição a combate e início precoce dos sintomas, apresentam as maiores percentagens de desvalorização psiquiátrica.

Embora não se tenha verificado que a RNA tenha causado um aumento da afluência à Junta de Saúde Naval parece, por outro lado, ter contribuído para trazer à mesma os veteranos de guerra colonial que estavam afastados das esferas militares há vários anos, como é o caso dos que provinham do Serviço Militar Obrigatório.

No estudo comparativo entre os ex-combatentes portugueses seguidos em terapia por PTSD e ex-combatentes que se propõem a peritagem psiquiátrica por possível PTSD adquirido no serviço militar, constata-se que os resultados das avaliações psicométricas das duas amostras são distintos, o que justifica procurar diferentes estratégias de diagnóstico que complementem a prática clínica.

As Missões de Apoio à Paz nos diferentes Teatros de Operações implicam um risco psi-

ADFA foi a Belém

Deficientes das Forças Armadas “altamente encorajados” após encontro com Cavaco Silva



© Fotografia Fátima Lopes

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) esteve numa audiência, no dia 20 de Novembro, pelas 11h30, no Palácio de Belém, com o presidente da República, Cavaco Silva, “altamente encorajada” com as garantias de ajuda às suas reivindicações quanto à assistência médica e às isenções de impostos.

“O presidente da República está solidário com as nossas reivindicações e manifestou boa vontade e empenho, em alguns aspectos, para falar com o ministro da Defesa”, disse José Arruda, presidente da ADFA.

As principais reivindicações dos deficientes das

Forças Armadas após 33 anos do fim da Guerra Colonial, centram-se no quadro das reparações morais e materiais devidas a todos os cidadãos que no cumprimento do Serviço Militar Obrigatório adquiriram deficiências de carácter permanente, nomeadamente a reposição da assistência medicamentosa gratuita, a isenção de IRS nas pensões e ainda nas carreiras militares.

José Arruda afirmou que o chefe de Estado, Comandante Supremo das Forças Armadas é “um ex-combatente” da guerra colonial, “reconheceu que era de inteira justiça a reparação daqueles que sofreram no corpo e na alma as mazelas da guerra”.

Apesar de o Governo já ter dado garantias, através do secretário de Estado das Finanças, que as pensões dos deficientes estarão isentas de IRS, o presidente da ADFA defendeu que essa garantia deve ser clarificada no Orçamento do Estado para 2008.

O presidente da ADFA, José Arruda “acredita na vontade política” do Governo em resolver os problemas dos deficientes das Forças Armadas, mas se tal não vier a acontecer prometem manifestar publicamente o seu desagrado.

A ADFA convidou ainda o presidente da República a visitar a Sede da associação, que aceitou de imediato.

A Associação, em Lisboa foi inaugurada em 1993 por Aníbal Cavaco Silva, primeiro-ministro naquela altura.

DN

cológico traumático tendencialmente baixo, mas exigem um elevado custo pessoal, o que obriga a uma acção de comando centrada nos problemas, rede social e emoções dos militares.

A alteração dos protocolos permitirá a estas Associações e à Liga, em circunstâncias precisas, o preenchimento do relatório médico de avaliação de perturbação psicológica, o modelo n.º 2, e assim acelerar o acesso dos antigos combatentes aos apoios de que necessitam. Permitirá ainda, para além de manter o apoio médico, psicológico e social aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica, alargar esse apoio, em determinados casos, aos familiares e reforçar a sua actividade na reabilitação e reinserção social daqueles militares e ex-militares. Será dada acrescida atenção à tentativa de apoio a todos os que, face a diversos circunstancialismos, se encontram actualmente “sem abrigo”, bem como a outros que, por força da idade ou da doença, se encontram em situações de debilidade pessoal e social.

A cerimónia de encerramento do colóquio terminou com a celebração do novo protocolo entre

o Ministério da Defesa Nacional (MDN), representado pelo secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, João Mira Gomes, e a Liga dos Combatentes, representada pelo presidente da Direcção Central, Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues e a assinatura das alterações aos protocolos entre o MDN e as ONG, uma delas foi a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, representada pelo presidente, José Arruda.

Com as alterações aos protocolos as ONG obrigam-se agora a:

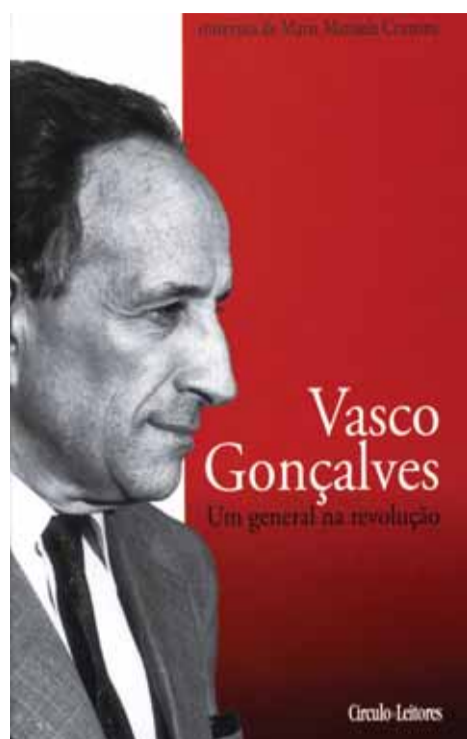
- Promover e divulgar informação relevante sobre a perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar;
- Identificar e encaminhar os pacientes para a Rede Nacional de Apoio, através do preenchimento do modelo n.º 2 constante em anexo ao Despacho conjunto n.º 502/2004, de 5 de Agosto, caso os serviços competentes do Serviço Nacional de Saúde declarem a impossibilidade de tal preenchimento no prazo de 60 (sessenta) dias, ou não concluíam o processo de avaliação nos 60 (sessenta) dias seguintes

à apresentação do paciente no respectivo serviço de saúde;

- Prestar serviços de apoio médico, psicológico e social aos utentes da Rede Nacional de Apoio e, quando autorizado, aos militares e ex-militares que iniciem o processo de inserção na referida rede;
- Prestar, quando autorizado, serviços de apoio médico, psicológico e social aos familiares dos utentes da RNA afectados pela vivência continuada com aqueles e quando tal apoio se revele fundamental à recuperação do militar e ex-militar;
- Reabilitar e reintegrar socialmente os pacientes, recorrendo, sempre que se justificar, aos serviços competentes de segurança social identificados no campo próprio do modelo n.º 1 em anexo ao Despacho conjunto n.º 502/2004, de 5 de Agosto, ou na sua ausência aos da área da residência do militar ou ex-militar;
- Promover apoio domiciliário ou, quando necessário, identificar e encaminhar o militar ou ex-militar para instituições de apoio social.

MJC

CULTURA



Vasco Gonçalves
Um general na revolução

“Esta obra apresenta, sob a forma de entrevista, o retrato completo e diversificado da personalidade complexa que é Vasco Gonçalves, desenvolvendo-se através de uma multiplicidade de registos, onde ganha particular destaque um conjunto de revelações em primeira mão.”

Editora: Circulo de Leitores



Deficiência, Saúde Mental e Integração Social
Bibliografia Temática

Este catálogo bibliográfico teve como objectivo divulgar o vasto espólio bibliográfico existente no Centro de Documentação e Informação da Misericórdia de Lisboa sobre a Deficiência, Saúde Mental e Integração Social.

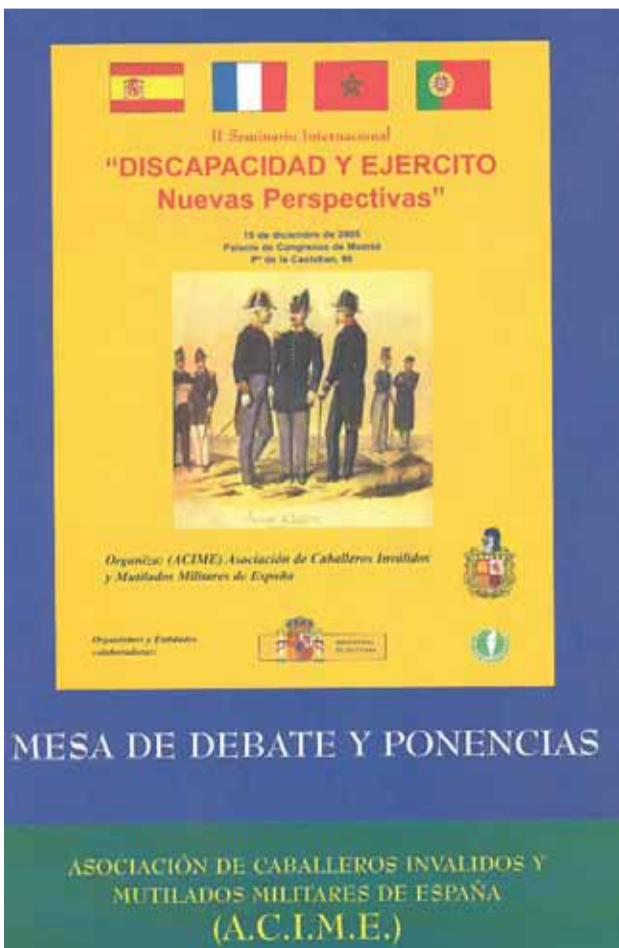
O Centro de Documentação e Informação da Santa Casa de Misericórdia está aberto das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Rua Trindade Coelho, em Lisboa.



Um outro lado da Guerra

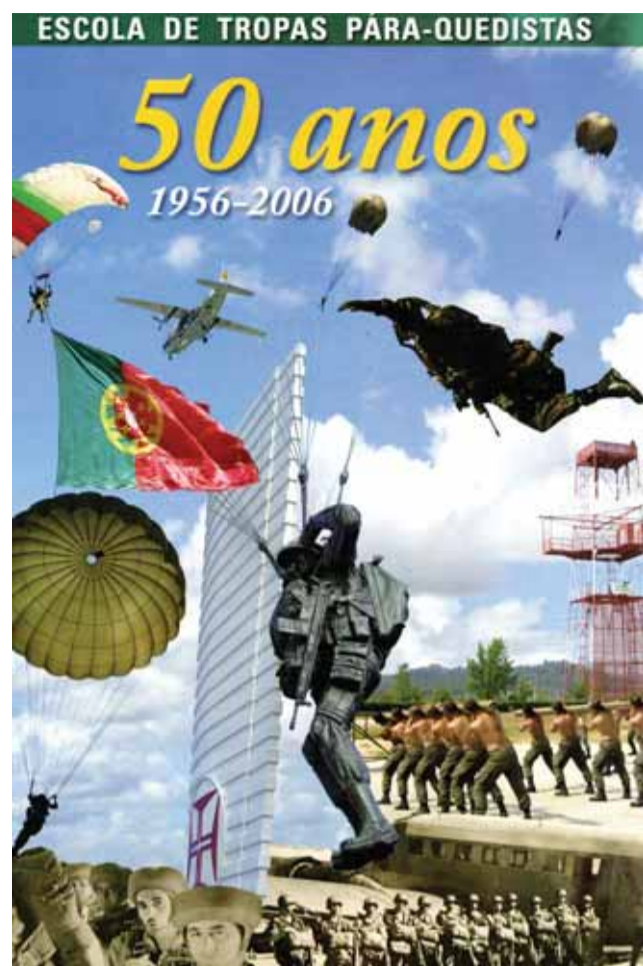
“De novo a coluna militar avançava nas suas rodas, em picada estreita, e em cada viatura cada um de nós ignorava o que se passava à frente ou atrás às e dos lados, a floresta abraçava-nos, comprimia-nos, podíamos colher ramos e afastar os que tolhiam a vista. Senti-me receoso pois sabia que qualquer inimigo que se escondesse nesta mesma floresta, me poderia tirar o quico da cabeça, dar-me uma catanada, entregar-me uma granada despoletada, ou até pregar-me um tremendo susto com um grito ou uma risada.”

Editora: Edições Colibri



II Seminario Internacional
“Discapacidad Y Ejercito Nuevas Perspectivas”

Asociación de Caballeros Inválidos Y Mutilados Militares de España (ACIME)



Escola de Tropas Pára-Quedistas 50 anos 1956-2006

“Esta obra que se identifica com todos os pára-quedistas, é resultado de muita dedicação e corresponde aos anseios de todos “aqueles” que um dia decidiram servir nas Tropas Pára-Quedistas. Para se recordar com alguma emoção o 50º aniversário da Escola de Tropas Pára-quedistas teria que deixar um legado que ilustrasse do modo mais conveniente as memórias da nossa “Casa-Mãe” (...).

Prefácio



Renamo

“Assassinatos políticos, terrorismo, massacres, (des) informação, propaganda, rapto de portugueses e soviéticos, contactos com o KGB, a vivência com o presidente da guerrilha Afonso Dhlakama, execuções sumárias, espionagem, mistério, e traição contínua (...).”

Europress

Furriéis “em extinção” ainda na agenda do dia

ADFA exige plena reparação

Na sequência da publicação do DL 233/2007, de 19JUN, e da manifestação de descontentamento por parte dos por ele abrangidos, a DN da ADFA enviou ao Ex.mo Sr. Provedor de Justiça a seguinte exposição:

«Através do DL 43/76, de 20JAN, o Estado Português considerou “justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobrevindas no cumprimento do serviço militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade” (Cfr. preâmbulo do DL 43/76, de 20JAN).

Entre outras, esta reparação traduz-se na atribuição de pensão de reforma extraordinária, com carácter indemnizatório, calculada por inteiro; ou seja com base em trinta e seis anos de serviço, conforme estipula o art.º 9.º do DL 43/76.

Nesta decorrência, aquele diploma reconheceu aos DFA “a aplicação do princípio de actualização de todas as pensões e abonos devidos” (Cfr. preâmbulo do DL 43/76, de 20JAN), com consagração no seu art.º 12.º.

O n.º 1 do art.º 12.º estabelece que “as pensões (...) dos actuais deficientes fixadas independentemente da percentagem de incapacidade e as pensões de reforma extraordinária ou de

invalidez atribuídas aos DFA serão actualizadas automaticamente com relação aos correspondentes vencimentos dos militares do mesmo posto e tempo de serviço efectivo na situação do activo (...)”.

O mesmo princípio foi aplicado quer ao abono suplementar de invalidez quer à prestação suplementar de invalidez, sempre que se verifique alteração da remuneração mínima mensal, conforme n.º 2 e 3 do art.º 12.º do DL 43/76.

O DL 57/90, de 14FEV, que produziu efeitos desde 01OUT1989, consagrou o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato dos três ramos das Forças Armadas.

O mesmo diploma prevê a extinção (art.º 27.º) de alguns postos, entre os quais o de furriel do Exército.

Em anexo ao diploma são publicadas tabelas correspondentes à escala indiciária de cada posto e escalão.

No anexo IV, que tem por epígrafe “escala indiciária dos postos militares em extinção”, está inserto o posto de furriel (com 5 escalões) e se confrontado com o posto de cabo armada/cabo secção (com 7 escalões – Anexo I) constatamos que os índices são idênticos do 1.º ao 5.º escalão.

Através do DL 328/99, de 18AGO, foi estabelecido novo regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato dos três ramos das Forças Armadas.

Da análise das tabelas publicadas em anexo ao diploma, constata-se, uma vez mais, que os índices correspondentes ao 1.º a 5.º escalão do posto de furriel em extinção (Anexo IV, Mapa 1 e 2) são idênticos ao do 1.º a 5.º escalão do posto de cabo armada/cabo secção (Anexo I, Mapa 1, 2 e 3).

Face ao exposto, conclui-se que o posto furriel recebeu pelo índice idêntico ao do posto de cabo armada/cabo secção, desde 01OUT1989, de acordo com a estrutura remuneratória acima referida.

Porém, esta situação modificou-se com o DL 207/2002, de 17OUT, que consagrou nova escala indiciária para alguns postos, entre os quais o posto de cabo armada/cabo secção, não figurando entre eles os postos em extinção, nomeadamente o posto de furriel.

A partir de 01JAN2002, o posto de furriel deixou de ter posto de referência, o que, em termos materiais, representou uma redução na sua

pensão indemnizatória.

No entanto, esta situação viria a ser solucionada com o DL 233/2007, de 19JUN, mas em parte, uma vez que estando reconhecida, neste diploma, a desigualdade desde JAN2002, o mesmo só atribuiu os seus efeitos a JAN2007.

Contudo, os furriéis “em extinção” não entendem como pode o Governo reconhecer a desigualdade a JAN2002 e faça retroagir os efeitos, dessa mesma desigualdade, apenas a JAN2007.

Porém a injustiça maior subsiste, porquanto pertencendo o posto de furriel à classe de sargentos estão a perceber as suas pensões com referência ao posto de cabo da armada/cabo de secção, que pertence à classe de praças, tendo a ADFA reivindicado que os DFA no posto de furriel “em extinção” sejam posicionados na classe de sargentos.

Assim, a ADFA apela à intervenção de V. Ex.ª no sentido dos efeitos do DL 233/2007 retroagirem à data em que é reconhecida a desigualdade entre o posto de furriel “em extinção” e posto de cabo armada/cabo secção, ou seja a JAN2002 e também que os DFA no posto de furriel “em extinção” sejam posicionados na classe de sargentos.»

DN

Notícias

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

No âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, no dia 3 de Dezembro, pelas 15h00, realizaram-se várias iniciativas, nomeadamente: a Conferência Europeia “Celebrar a Diversidade” teve lugar no ISCTE, no Auditório Afonso Barros, pelas 10h00, onde foram debatidos os obstáculos à igualdade e a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.

No Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, a ADFA também esteve presente neste debate

organizado pela Associação Portuguesa de Deficientes.

A inauguração do primeiro serviço de atendimento da Segurança Social para pessoas com Necessidades Especiais, teve lugar na avenida Manuel da Maia, 40-A, em Lisboa, com a presença da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e do secretário de Estado da Segurança Social.

Realizou-se ainda uma festa convívio, onde foi feita a apresentação da Campanha Nacional Multi-

média – “Integrar é tratar de forma igual”, no BBC-Belém Bar Café, pelas 22h00, com a presença da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e o representante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O desporto marcou também presença com o atleta Mário Trindade que bateu o record do Guinness de corrida em cadeira de rodas ao efectuar 183 quilómetros em pouco mais de 18h00, na pista de atletismo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, concretizando assim o

seu sonho de fazer parte do livro do Guinness.

Mário Trindade com esta iniciativa pretendeu ainda alertar para os problemas das pessoas com deficiência e angariar fundos para o ajudar a comprar uma carrinha adaptada para transportar duas irmãs de São Miguel, Açores, que nasceram com «Osteogenesis Imperfecta».

A ADFA está solidária com Mário e espera que ele consiga atingir todos os seus objectivos.

MJC

Audiência com CEMFA



A Direcção Nacional da ADFA, representada pelo Presidente, José Arruda e o 1.º Secretário, Sérgio Azougado e a Direcção do Museu da Guerra Colonial, representada por Anquises Carvalho e Manuel Ferreira foram recebidos em audiência pelo CEMFA, General Luís Araújo, em 04 de Dezembro. A DN apresentou cumprimentos e deixou dossier com caderno reivindicativo relacionado com a actual situação da ADFA. Anquises Carvalho e Manuel Ferreira, deram conhecimento da existência do Museu da Guerra Colonial, em Vila Nova de Famalicão e solicitaram apoio material para o mesmo. O General CEMFA mostrou a disponibilidade da Força Aérea para apoiar no que estiver ao seu alcance.

Farinho Lopes

Cartas ao Director

O Passado “Presente”

Lá diz o velho ditado “Recordar é viver”

Mas para que se possa viver em paz e harmonia há que existir normas concretas, paz interior e justiça.

Desde 1961, a caminho de meio século, que as Guerras do Ultramar Português tiveram o seu início, (muito tempo de espera), onde os bravos militares portugueses, deram as suas vidas e ficaram com as suas maleitas permanentes.

Ao vislumbrar, na TV, às terças-feiras, vieram à memória e avivaram as nossas mentes adormecidas dos horrores, dos sacrifícios, do medo do *stress* permanente de uma guerra, pois não se sabia onde o inimigo se acoitava.

Injusta na sua totalidade, mas obrigada em se combater, por um governo de então que só sentia em suas mentes poderio exarcebado.

No Cais da Rocha de Conde Óbidos, se assistia ao embarque dos bravos soldados, com lenços, se despediam dos pais, dos filhos, dos irmãos, das esposas, sem saber se um dia lhes poderiam dar aquele abraço tão ambicionado de um regresso feliz.

Lágrimas derramadas, luta inglória, que um dia teve o seu fim “Vinte e Cinco de Abril”, mas para isso acontecer, o seu percurso foi longo Treze Anos, de lutas, de sacrifícios de des-norte, o que se retirou de tudo isto,

“Nada,” ganhando-se mutilações permanentes, doenças irreversíveis, provocadas por um clima incerto, pela má alimentação, “Rações de Combate”.

Perdeu-se as vidas dos bravos camaradas que tombaram a nosso lado, e que no último suspiro, não lhes pudemos valer dando-lhes um pouco do nosso sangue.

E ainda se teima em não aceitar aquilo que foi que é uma realidade, e porque não se quer abrir os olhos e dizer, resolva-se de uma vez por todas as injustiças destes bravos homens, que sem eles não se poderia dizer que se está num Portugal livre e democrático.

Seria que quem tomasse em suas mãos todo um dossier e toda a sua envolvimento, visualizasse o que foi a Guerra de Guerrilha, no Ultramar Português, não se via o inimigo porque o campo de batalha era sinuoso, o capim escondia todo aquele que nele se embrenhava todas as redes viárias inexistentes dificultavam uma progressão segura.

Tomando tudo isto como uma realidade, mesmo o ir à caça, o ter que se abastecer de água, de lenha, para o dia a dia num acampamento, nestas condições, com inimigo à espreita, era uma guerra constante, um medo e o *stress* no bravo soldado.

(Continua na pag. 13)

Ainda era noite, mas um halo ténue de luz por cima das árvores dizia que era dia. Isto é, já havia luz demais para ser noite e ainda não havia luz suficiente para ser dia. O grupo de combate caminhava em direcção ao nascer do sol, lentamente. O primeiro soldado com um ancinho de cabo longo, esgravatava o trilho de areia procurando as minas.

O grupo de combate avançava pé ante pé para não acordar a morte que dormia debaixo do chão. Caminhavam em direcção à luz. O dia nascia à frente deles e a noite morria atrás. Num ápice, o Sol. O fantástico, o glorioso Sol. E tudo a fervilhar de luz.

O soldado do ancinho; a seguir, o soldado da metralhadora; a seguir, quatro soldados com longas varas de bambu com ponta de metal para picarem o chão; e a seguir, o meu amigo Mugeiro com o detector de metais. Todos de olhos postos nas pegadas do soldado à sua frente.

Só quem vinha atrás deles sabe o que aconteceu. O pesadelo habitual: o estampido brutal, o sopro da morte, a nuvem de pó e depois o curto silêncio de terror. O meu amigo Mugeiro não sabe o que aconteceu; para ele, apenas se apagou a luz.

Toda a gente sabe como é, quando falta a luz. Uma irritação dos diabos. E se a luz demora? Será que já não volta hoje? Terei que me deitar às escuras... Haverá coisa pior que uma noite de



Black-out

inverno sem luz e nós de braços estendidos para a frente para não batermos com a cabeça nos móveis? Quando o Mugeiro acordou no meio da picada ainda não tinha voltado a luz. Só as vozes à sua volta, um frio de morte no rosto e algo quente escorrendo, escorrendo. Há coisas piores que uma noite de inverno sem luz. Quando a meio de um dia de Sol com a luz mais gloriosa que se pode imaginar, a transformar todos os objectos em cristais iridescentes; nós seguimos as pegadas do soldado à nossa frente e ele fica sem as pernas e os estilhaços da mina nos batem em cheio no rosto; a luz apaga-se, mas apaga-se para sempre.

Nunca mais a réstia matinal, num risco cintilante da janela mal fechada até à parede do quarto; nunca mais as refulgências da água do tanque, espelhadas no tecto do alpendre; nunca mais o brilho das lágrimas tremeluzentes, nos três primeiros e segundos do orgasmo, quando os olhos da mulher se alargam tão infantis como maternos, tão inocentes como impudicos e nos redimem de todas as nossas culpas e nos fazem

esquecer todas as nossas mágoas e nos exorcizam todos os nossos fantasmas.

Foi mais difícil quando o primeiro filho nasceu. Era como se ele se escondesse permanentemente atrás de um pano negro impossível de rasgar. Mas a tudo nesta vida um ser humano se habitua, até à noite infinita.

Toda a gente sabe como é, quando falta a luz; basta fechar os olhos. As manchas dos objectos iluminados continuam por algum tempo ainda a verem-se como fantasmas na noite. Depois, apenas pontos luminosos que o cérebro tenta ordenar sem sucesso, torrentes de pontos luminosos à procura de sentido e que a atenção não consegue focar. Finalmente, só a memória da luz, só a memória das cores. O esbraseamento do vermelho, quente, intenso, quase nutritivo; o delírio do verde, quase insano mas refrescante, a electricidade do azul, mineral, vibrante, quase sonoro, e a doçura do amarelo, floral, quase aromático. A memória do arco-íris, onde a natureza brinca com a luz nas gotículas da chuva; nos ilude, fazendo-nos ver cor onde ela não está; aliás

toda a cor é uma ilusão, uma brincadeira da natureza com a luz e as diferentes texturas dos objectos, uma brincadeira da natureza ou uma dádiva dos deuses para quem não tem mais nada do que os sentidos para perceber o mundo.

Hoje o Mugeiro já não tem memória das cores, apenas as associa às coisas. Sabe que o céu é azul mas já não se lembra do que é o azul. Só se lembra do frio no rosto descarnado, quando pensa no azul e do escaldante vermelho a escorrer, a escorrer. Depois o verde insano da raiva e por fim o amarelo suave da conformação. O Mugeiro já não se lembra das cores. Já nem saudades sequer, nem das cores nem da luz.

Só ocasionalmente, dentro de si, se avoluma a nostalgia daquele halo na madrugada, talvez por estar nos limites da percepção, talvez por ter sido das últimas coisas que viu na vida. Aquele halo a oriente, que separa a noite do dia; ainda não a luz, já não a escuridão; a mostrar o início do céu, o fim da terra; a mostrar a vertiginosa distância do etéreo e a estável proximidade do físico; a mostrar o caminho por onde há-de vir Sol; a mostrar onde a luz espera amanhecer. O Mugeiro não tem já saudade da luz, tem apenas saudade da promessa de luz. Apenas saudade da esperança.

mcbastos

Mas quando se vislumbra estes documentários, se pode perguntar, o que é deficiente em serviço e em campanha, foi diferente, naquela terra onde a vegetação cobria todos os obstáculos, onde se escondia o inimigo e as irregularidades do terreno, onde o tiro que soava, não se sabendo de onde vinha, ceifava as vidas, as minas colocadas no chão, que deixavam o bravo soldado decapitado dos seus membros, o buraco que originava o acidente com as viaturas, tudo isto porque existia uma guerra.

Será que, todo aquele soldado que deixou a sua terra natal, para as longínquas colónias ultramarinas, não foi com o mesmo lema defender a Pátria, num local totalmente desconhecido???

Num filme, que vi sobre a retirada de Madina de Boé e BELI fiquei chocado, que após vinte e muitos anos, dois ex-militares portugueses se tenham deslocado à Guiné, para relembrar a

“Retirada”.

Foi a 06 de Fevereiro de 1969, que na retirada ordenada pelo então Comandante-Chefe, General António de Spínola, que no Rio Curbal, 46 militares portugueses perderam a vida, eram da Companhia de Caçadores 1790.

Foram sepultados alguns dias depois apenas doze, resgatados pelos fuzileiros às águas do rio. Sepultados com honras militares, alguns metros acima das margens do rio.

É reconfortante, porém, ouvirmos palavras sentidas por aqueles que na pele viveram estas guerras, recordo o General Almeida Bruno, que disse “presto a minha homenagem pessoal aos bravos Oficiais, Sargentos e Praças, e que um dia a história fará justiça à nobreza do soldado português que em condições péssimas defendeu as cores da sua bandeira.

Mas para terminar esta minha pequena passagem nas lembranças,

citar o Brigadeiro Hélio Felgas, então comandante de Bafatá, com a voz presa pela emoção com os olhos em lágrimas (a sua idade na data em que prestou o depoimento, deveria rondar perto dos 80 anos) dizer “Homens que militarmente foram uns Heróis, tivessem morrido afogados”.

Há necessidade de se juntar estes bravos oficiais, sargentos e porque não as praças, num debate porque não televisivo para mostrarem às novas gerações de portugueses e políticos os seus sofrimentos passados, e exigirem da Nação a reparação que tarda em acontecer na sua inteira finalidade, considerá-los como cidadãos que têm que ser vistos como heróis e não como um fardo para a Nação pois que juntamente com os militares de Abril conseguiram a Liberdade e a Democracia, dando às novas gerações um novo sorriso de esperança e liberdade.

A finalizar, só quem viveu os horrores de uma Guerra de Guerrilha,

pode testemunhar o que passou, os anos de vida que deixa de viver, os tormentos por que vai passando, que por vezes se não for a sua moleta, a sua esposa ou familiares, nas horas fáceis e difíceis, e muitos seriam aquilo que se chama farrapos humanos.

As esposas, os pais, os familiares, também são os grandes heróis, por isso têm que ser olhados e ressarcidos da mesma forma.

Ser Português é ter orgulho na sua Bandeira, no seu Hino, que quando ouvido nos traz aos olhos a emoção e a lágrima derramada,...” Heróis do Mar, Nobre Povo, Nação Valente, Imortal,... Oh Povo Ouve-se a Voz dos Teus Egrégios Avós, que Há-de Guiarte à Vitória... às Armas ...às Armas Pela Pátria Lutar...

Nós lutaremos até ao fim, o medo passou, a nossa voz mais uma vez terá que ser escutada.

SC

Associado n.º 4971

SERVIÇOS

SEDE

Secretaria

Santos Silva, das 09h00 às 18h00, fechando para almoço das 12h30 às 14h00

Accção social

Tenente-Coronel Silvério Rodrigues
Assistente Social - Dra. Susana Reis
Horário: 09h00 às 18h00, almoço das 12h30 às 14h00

Apoio jurídico

Dra. Helena Afonso
Horário: 09h00 às 18h00 – todos os dias (com marcação)
Dra. Inês de Castro
Horário: 2ª, 3ª e 4ª de manhã (com marcação na secretaria geral)

Tesouraria

Horário: 09h30 às 16h30, almoço das 12h30 às 14h00

Serviços clínicos

Atendimento, Recepção e Marcação de Consultas:
Maria Filomena Brandão - Telefone Directo: 21 751 26 12

Valências Clínicas

Clinica Geral

Dr. Fernando Brito - 2ª feira (13h00) e 5ª feira (13h15)

Urologia

Dr. Paulo Vale – 5ª feira (09h00) quinzenalmente

Fisiatria

Dr. Barros Silva – 4ª feira (09h30)

Análises Clínicas

3ª e 6ª feiras (09h00 às 10h00)

Fisioterapia

Sargento-Mor Henrique Louro- todos os dias (08h30 às 12h30)

Medicina Dentária

Dr. José Eduardo Antunes - 3ª feira (09h00 às 18h00)

Serviço Protésico

Técnico Carlos Lopes – 4ª feira (09h00)

Psiquiatria

Dra. Margarida Botelho – com marcação prévia

Psicóloga Clínica

Dra. Teresa Infante - todos os dias (09h00 às 18h00)

Animação/Desporto...

Conceição Valente/Secção de Pesca

Restaurante

Restaurante/Self-service

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 12h15 às 14h15
Nota: Área aberta a associados, familiares e amigos, podendo ser efectuada marcação prévia tanto para área do self-service, como para a área do restaurante.

Bar

Funcionamento de segunda a sexta-feira das 09h00 às 18h00

Nota: O bar está aberto a associados, familiares e amigos.

COIMBRA

A secção de Campismo, que trata de todos os assuntos: cartas de campista (emissão e renovação), incluindo jovem e internacional. Existe uma carrinha de 9 lugares, para apoio à Delegação e aos seus associados.

PORTO

Administrativos

Dias úteis: 09h00 às 17h30, almoço das 12h30 às 13h30.
No 1º Sábado de cada mês das 10h00 às 17h00, com almoço das 13h00 às 14h00 - Assistente: Sónia Aguiar – Telefone: 22 834 72 01

Serviços clínicos

Psicologia – Dr.ª Graciete Cruz

Psiquiatria

Dr.ª Rosário Fialho, Dr. Neves de Sá - 3ª Feira – das 14h30 às 17h30

Clinica Geral

Dr. Moreira Martins - 5ª Feira – das 10h00 às 12h30

Rastreio da próstata - 5ª Feira – das 10h00 às 12h30

Marcações pelo telefone: 22 834 72 02

Apoio jurídico

Dr.ª Manuela Santos de 2ª a 6ª feira Marcações com a própria

Accção social

Dr.ª Margarida Marques - Marcação com a própria

2ª, 3ª e 4ª Feiras – das 13h30 às 17h30 / 5ª Feira – das 09h00 às 12h30 / 6ª Feira – das 09h00 às 17h30

Património/viatura

Apoio a aquisição de viaturas com isenção de impostos: Elisabete Couto

Restaurante

Dias úteis e 1.º Sábado de cada mês - Telefone: 22 834 72 06 até às 10h00

Bar

Dias úteis: das 08h00 às 19h00 - Sábados: das 10h00 às 17h00 - Telefone: 22 834 72 05

Centro de Actividades Ocupacionais (CAO)

Inscrições com a coordenadora Dra. Margarida Marques

Campo de Jogos - Marcação pelo telefone: 228347205

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Administrativos

Horário de atendimento: de Segunda a 6ª feira - das 09h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

Telefones: 25 232 28 48 / 25 237 63 23

Fax: 25 237 63 24 Telemóvel: 91 959 45 27

E-mail: secretaria@adfa-famalicao.org.pt

Serviços clínicos

Clinica Geral

Dr. Ricardo Lemos - à 4ª feira a partir das 14h00, com marcação prévia - tel. 25 232 28 48

Psicologia – Dr.ª Graciete Cruz

Contactar a delegação - tel. 25 232 28 48

Apoio jurídico

Dra. Manuela Santos - contactar a delegação - telefone: 25 232 28 48

Património/viatura

Apoio a aquisição de viatura com isenção de imposto - contactar a delegação: Albertina Pereira – telefone 25 237 63 23

Associados falecidos



António Maria Guerreiro
Associado n.º 7625
58 anos/Faleceu no dia 03/08/07
Serviu CCaÇ 2778 de Bcaç 2926



António Miguel Martins Guerreiro
Associado n.º 2926
62 anos/Faleceu no dia 31/10/07
Serviu BCP 12 - Guiné



Francisco Alves Esteves
Associado n.º 4260
65 anos/Faleceu no dia 3 de Setembro de 2006
CCS do Bat. Art. 400 -Angola



José Ferreira de Nóbrega
Associado n.º 5870
59 anos/Faleceu em 23/10/07
Serviu CCaÇ 2569



Joaquim Augusto Maria
Associado n.º 6329
65 anos/Faleceu no dia 12/11/07
Serviu B. Art. 645 – Comp. Art. 643



José Tagarra Rodrigues
Associado n.º 10636
62 anos/Faleceu em 25/10/07



José dos Prazeres Loureiro
Associado n.º 14511
61 anos/Faleceu em 07/07/07



Manuel Catarino Alves
Associado n.º 13228
62 anos/Faleceu em 22/08/07
Serviu B Caç 2841 - CCS



Manuel Martins Gomes
Associado n.º 3905
61 anos/Faleceu em 02/10/07
Serviu Comp. Ind. 1733



Simão Manuel Carriço Olivença
Associado n.º 15724
61 anos/Faleceu em 18 de Setembro de 2006



Vítor Manuel Rebelo Teixeira
Associado n.º 4135
60 anos/Faleceu no dia 25/07/07
Serviu Comp. 2464 – Bat. 2861 - Guiné

NOVOS ASSOCIADOS

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Agostinho Teixeira Gomes

Justina Natália de Jesus Moreira

Alberto Nuno Guerra de Matos

Laura Conceição Pinheiro

Álvaro de Jesus Frazão

Laura Maria Machado da Silva Basílio

António José Reigado Marques

Madureira

António Silveira dos Santos

Liberato de Oliveira

Armando José das Neves Casaca

Lino Dias Gaveta

Diógenes Bastos Gonçalves

Maria Beatriz Silva Mendonça

Cidália Corina Pereira da Cunha

Maria Bela Amaro Cajado Augusto

Francisco António Queridinha

Maria Corália da Cunha

Joaquim Cardoso Alves

Rosalina Isilda Ferreira Maia

José Carlos Alves

Rui de Andrade Duarte Ralha

José Carlos Moreira da Silva

Serafim Carlos da Silva

**Aos familiares e amigos dos associados falecidos
apresentamos as nossas mais sentidas condolências**

Revista de Imprensa

Ministro manda BPI pagar pensões aos militares

“O ministro da Defesa ordenou ao BPI Pensões, entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA), que não suspenda o pagamento dos complementos de reforma a cerca de 15 mil beneficiários daquele Fundo. Como o BPI Pensões tentava avisar os beneficiários de que em Janeiro deixava de pagar essas prestações sociais, por causa do esgotamento financeiro do Fundo no final deste ano. (...)”

CM4Nov07

Promoções sem Limite

“O Governo não vai impor quotas nem exigir a existência de verbas financeiras disponíveis para a concretização das promoções nas Forças Armadas. O princípio base para a promoção está definido num documento assinado pelos ministros das Finanças e da Defesa faz hoje uma semana, após uma reunião com as chefias militares em 25 de Outubro.”

CM6Nov07

Defesa transferiu 16 milhões

“O Ministério da Defesa garante ter transferido, no Verão passado, 16 milhões de euros para o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA).”

CM7Nov07

Mais rápido e mais fácil identificar “Stress de Guerra”

“O Estado dá quinta-feira mais um passo para ajudar os antigos combatentes, vítimas do chamado stress de guerra, a tratarem melhor e mais depressa das suas feridas psicológicas.

Quase um mês após a publicação do diploma que

incluiu, três décadas depois do fim das guerras coloniais, os distúrbios pós-traumáticos de stress (DPTS) na Tabela Nacional de Incapacidades, as associações de veteranos e o Governo assinam, em Lisboa, um protocolo que permitirá a essas organizações não governamentais fazer o despiste da doença.”

DN12Nov07

Cães-guias têm falta de famílias de acolhimento

“(...) A Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual (ABAADV), em Mortágua, forma cães para auxiliarem invisuais no dia-a-dia.

(...) A entidade precisa de famílias dispostas a acolher, durante um ano, os futuros cães-guias, período em que o animal aprende a comportar-se em casa e na rua.”

CM19Nov07

Associações lançam críticas

“O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – criado para sensibilizar a população e que termina hoje com a apresentação de um balanço, no Centro Cultural de Belém, na presença de José Sócrates – está a ser alvo de críticas. As organizações que actuam no terreno defendem que pouco ou nada mudou.”

Cavaco solidário com deficientes

“O Presidente da República mostrou-se ontem solidário com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e garantiu o seu apoio às reivindicações sobre a assistência na saúde e a isenção de IRS das pensões dos ex-combatentes.”

“O presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), José Arruda, conquistou ontem o

apoio de Cavaco Silva às reivindicações dos deficientes. A palavra de ordem é “não desistir”.”

CM21Nov07

Stress de Guerra

“O secretário de Estado da Defesa, João Mira Gomes, assinou ontem com as associações de ex-combatentes um protocolo para tornar céleres os processos por stress de guerra”.

CM22Nov07

Ministros já acertaram mudanças

“Os ministros das Finanças e da Defesa já acordaram os princípios orientadores para a reforma das carreiras militares e do respectivo sistema retributivo. A 30 de Outubro, Teixeira dos Santos e Severiano Teixeira assinaram um memorando onde garantem que “a referida reforma terá em consideração o respeito pela condição militar e obedecerá, em termos gerais, à especificidade da organização e carreiras das Forças Armadas (FA)”.

CM23Nov07

Cimeira UE-África : “A sida está ao nível das alterações climáticas”

“O director-executivo da ONU-sida, Peter Piot, vem a Lisboa para manter o combate à doença na agenda. Diz que em Portugal ainda é um problema falar sobre sexo e drogas.”

Expresso01Dez07

Fundos Pensões: Rentabilidade cai 0,4% em Novembro

“Os fundos de pensões portugueses caíram 0,4 por cento em Novembro, reduzindo os ganhos desde o início do ano para 7,0 por cento, segundo a carteira média da consultora de recursos humanos Watson Wyatt.”

Expresso03Dez07

ADFA CAR

AUDI			OPEL			VOLKSWAGEN			PASSAT		
MODELO	P. BASE	P.V.P	MODELO	P. BASE	P.V.P	MODELO	P. BASE	P.V.P	MODELO	P. BASE	P.V.P
1.6 Sport 102 Cav 3 P	21.053,35	32.991,93	1.0 5P Enjoy	10.244,60	14.060,00	1.4 GT 170Cav 3P	21.091,06	30.992,90	1.6 115 Cav Confortline	20.240,58	31.888,63
2.0 FSI Sport 200 Cav 3 P	25.644,44	42.720,93	1.2 5P Enjoy	10.037,11	14.880,00	2.0 GTI 200 Cav 3P	24.918,64	41.920,72	1.9 TDI 105 Cav Confortline	18.077,12	32.488,94
2.0 TDI Attraction 140 Cav 3 P	21.843,04	38.045,93	1.3 5P CDTI Enjoy	12.533,25	18.180,00	2.0 TDI GT 170 Cav 3P	22.836,04	39.491,47	2.0 TDI 140 Cav Confortline	19.637,43	34.724,14
2.0 TDI Sport 140 Cav 3 P	23.641,38	40.221,92	1.4 3P GTC	11.814,44	18.300,00	2.0 TDI GT 170 Cav 5P Cx DSG	23.314,01	40.069,82	2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx DSG	23.856,84	40.440,67
1.9 TDI Ambiente 105 Cav 3 P	22.284,60	37.712,93	1.3 3P CDTI GTC	14.268,79	20.280,00	2.0 TDI GT 170 Cav 5P Cx DSG	24.784,59	42.310,26	2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx DSG	22.684,71	39.404,52
1.9 TDI Sport 105 Cav 3 P	22.507,74	37.982,93	1.7 3P CDTI	13.923,74	24.370,00	2.0 GTI Turbo 200 Cav 3P	24.918,64	41.920,72	1.9 TDI 105 Cav Trendline	18.706,45	33.700,91
AUDI A3 SPORTBACK			1.3 5P CDTI Cosmo	15.012,59	21.180,00	1.9 TDI 105 Cav Confortline 3P	15.984,59	30.189,46	2.0 TDI 105 Cav Trendline Cx DSG	20.044,12	35.562,66
1.6 Sport 102 Cav	21.656,16	33.734,82	1.7 5P CDTI Cosmo	14.655,18	25.280,00	1.9 TDI 105 Cav Confortline 5P	16.448,59	30.751,16	2.0 TDI 140 Cav Highline	22.232,44	38.752,09
2.0 FSI Sport 200 Cav	26.247,74	43.528,93	1.2 5P Enjoy Easytronic	10.550,50	15.440,00	1.9 TDI 105 Cav Confortline 3P Cx DSG	17.358,69	32.027,42	2.0 TDI 140 Cav Highline	23.557,50	40.841,76
1.9 TDI Advance 105 Cav	20.073,51	35.074,94	1.4 3P GTC Caixa Automática	12.570,47	19.310,00	1.9 TDI 105 Cav Confortline 5P Cx DSG	17.822,89	32.589,10	TOURAN 7 LUGARES		
1.9 TDI Sport 105 Cav	23.110,70	38.749,94	1.4 5P Caixa Automática	13.297,41	20.210,00	1.4 Confortline 80Cav	16.873,84	25.876,47	1.9 TDI 105 Cav Trendline	19.229,67	34.334,00
2.0 TDI Attraction 140 Cav	22.446,34	38.775,93	ASTRA			1.9 TDI Confortline 105Cav	17.007,23	31.489,49	2.0 TDI 140 Cav Trendline	21.874,56	38.319,05
2.0 TDI Sport 140 Cav	24.244,69	40.951,93	1.4 GTC	15.095,76	22.250,00	1.9 TDI Confortline 105 Cav Cx DSG	18.446,28	33.556,19	1.9 TDI 140 Cav Highline	22.750,75	39.379,24
2.0 TDI Sport 170 Cav	25.277,68	42.374,93	1.3 CDTI GTC	17.000,32	23.660,00	2.0 TDI Confortline 140 Cav Cx DSG	21.290,62	37.905,23	2.0 TDI DSG 140 Cav Trendline	23.199,61	40.408,71
AUDI A4 GASOLINA											
1.6 102 Cav	23.138,99	35.692,94									
1.8 163 Cav	27.222,42	42.857,93									
AUDI A4 GASÓLEO											
1.9 TDI 115 Cav	22.721,49	38.480,94									
2.0 TDI 140 Cav	25.944,13	42.953,94									
2.0 TDI 140 Cav Multitronic	27.554,84	45.484,94									
2.7 TDI 180 Cav	29.699,77	55.907,94									
3.0 TDI V6 Quattro 233 Cav	35.926,01	67.924,94									
AUDI A4 AVAN GASOLINA											
1.6 102 Cav	24.403,44	37.274,93									
1.8 163 Cav	28.486,88	44.439,94									
AUDI A4 AVAN GASÓLEO											
1.9 TDI 115 Cav	23.985,18	40.080,94									
2.0 TDI 140 Cav	27.108,52	44.589,94									
2.0 TDI 140 Cav Multitronic	28.819,30	47.014,94									
2.7 TDI 180 Cav	30.963,90	57.543,93									

A ADFA CAR dispõe de informações na venda de viaturas, com ou sem isenção, nomeadamente: **VW; AUDI; OPEL; SKODA; SEAT; BMW; FORD; CITROEN; MERCEDES; SAAB e HONDA**. Estas informações são tratadas através de Alberto Pinto, nas horas de expediente das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00, na Sede da ADFA, pessoalmente ou através dos telefones 217512640, 217512600 ou móvel 916186540.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO - Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA
Pessoa Colectiva n.º 500032246

Email - jornal.elo@adfa-portugal.com

Internet - http://www.adfa-portugal.com

DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO - Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600-560 LISBOA

Telefone - 21 751 26 00 - Fax - 21 751 26 10

DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO - José Arruda, Artur Vilares, Lopes Dias,
Sérgio Azougado, Rui Bernardo, Arlindo dos Santos, Armindo Matias

DIRECTOR INTERINO - Sérgio Azougado

COORDENADORA - Maria José Carriço

CONSELHO DE COLABORADORES PERMANENTES - Capela Gordo, Nuno Almeida

REDACÇÃO - Farinho Lopes (Fotógrafo), Carteira Prof. n.º 4144

COLABORARAM NESTE NÚMERO - M. C. Bastos

CORRESPONDENTES - Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona
(Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquíes Carvalho
(Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira),

Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu)

REVISÃO - José Diniz

ASSINATURAS E PUBLICIDADE - Fax: 21 751 26 10.

PRÉ-IMPRESSÃO - Jornal ELO - Maria José Carriço, João Taborada

IMPRESSÃO - Coraze - Centro de Impressão - Edifício Rainha, 4.º Piso - Zona Industrial,

Oliveira de Azemeis - Tel. 256 600 580

Registo da Publicação no ICS - 105068/77 Depósito Legal - 99595/96

ASSINATURA ANUAL - € 7,00. Tiragem deste número 9000 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO,
sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das
Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

“A Saga da Inclusão”

Editorial

Comemorámos no dia 23 de Novembro, o 33.º aniversário do Jornal ELO, a voz dos deficientes militares que desde essa data nunca deixou de ser publicado, afirmando a “força da nossa razão” e que se constituiu no elemento que nos tem aglutinado à volta da ADFA.

Nesta data histórica que lançou o número zero do ELO, realizámos a nossa

primeira manifestação pública, que do palácio da Independência a São Bento “gritou” e exigiu nas ruas da nossa capital que os “poderes” saídos do 25 de Abril teriam que assumir as consequências da Guerra Colonial criando as condições para inclusão de milhares de jovens portugueses aprisionados ainda nos Hospitais Militares, ou já esquecidos nas ruas das nossas cidades e aldeias. A história que naquele dia marcámos com valores de liberdade, dignidade e cidadania, ficou assinalada com a “ocupação” do palácio da Independência, que no coração de Lisboa durante duas décadas, foi farol que despertou consciências, juntou vontades, e expandiu os “alvores” da reabilitação e integração das pessoas com deficiência.

A coesão da ADFA reafirmada no dia 27 de Outubro ajudou-nos a abrir “as portas” do Palácio de Belém, onde fomos recebidos em audiência pela Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que num gesto singular de solidariedade e empenhamento activo, nos encorajou a prosseguir os nossos desígnios, nomeadamente, na manu-

tenção da assistência médica e medicamentosa gratuitas; no reconhecimento das pensões dos deficientes militares, como indemnizações isentas do IRS; e a inviolabilidade do decreto-lei 43/76, no que diz respeito à equiparação das nossas pensões



aos vencimentos e outros abonos dos militares no activo.

Assim, o dia 20 de Novembro de 2007 deverá ser registado na nossa agenda, como efeméride a recordar anualmente, que marcou de forma indelével o acolhimento que Sua Excelência o Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas dispensou ao processo de reconhecimento e inclusão dos deficientes

militares, credores de uma dívida moral e material, por parte do Estado Português.

A audiência com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Professor Cavaco Silva, ajudou-nos a confirmar que estamos a trilhar o caminho certo na defesa da dignidade no ciclo da “idade maior” a que todos estamos a chegar.


Prosseguimos agora nos esforços para concretizar uma audiência com Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates, na convicção da vontade política deste Governante em atender e reconhecer a justeza das nossas reivindicações, que “são a excepção das excepções e a prioridade das prioridades”, no entendimento do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, aquando da comemoração do 33.º aniversário da ADFA, em 14 de Maio de 2007.

A Direcção Nacional da ADFA não se poupará a esforços para que, na Assembleia-Geral Ordinária de Março de 2008, possamos apresentar aos associados as respostas exigidas na proposta “*Governar A ADFA Com Os Associados, Para Os Servir Melhor Garantindo, Assim, Uma Instituição Mais Solidária E Reivindicativa*”, aprovada na Assembleia-Geral Extraordinária de 27 de Outubro.

O ano de 2008 ficará, também, assinalado com a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República à nossa sede, cuja disponibilidade nos foi demonstrada no dia 20 de Novembro, e que em data a acertar, será para todos os deficientes das Forças Armadas um momento de “conforto” e afirmação de que, afinal, a “memória dos Homens não é curta”.



A ADFA Deseja
aos seus Associados,
Familiares, Camaradas
dos PALOP e Amigos,
BOAS FESTAS
E FELIZ ANO NOVO
DE 2008



RENAULT

- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fim-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157

RENAULT CHELAS
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA